



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VIVIPAZ rev. VIVIPAZ
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	
		VET	00004	2010	25	01	2010		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Aguardando Leitura.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VIVIPAZ rev. VIVIPAZ
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	
		VET	00004	2010	25	01	2010		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 31a 33, referentes à Mensagem nº 4, de 2010-CN (nº 29/2010 na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto TOTAL aposto ao PLC nº 144, de 2009.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCOSP rev. MARCOSP
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLSF	
		VET	00004	2010	27	01	2010		

A pedido.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MYRIRIMA rev. MYRIRIMA ret. MFURTADO
	CN SSCLSF	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	
		VET	00004	2010	02	02	2010		

Encaminhado ao Plenário.

***** Retificado em 02/02/2010*****

Esta ação legislativa refere-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009, devendo ser desconsiderada.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	VIVIPAZ rev. VIVIPAZ
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SEXP	
		VET	00004	2010	04	02	2010		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente do Senado Federal, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto. Ao Ofício, serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da Lei, contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto. Após anexação da cópia do citado Ofício, o processado será devolvido à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	GERCEZAR
	CN SEXP	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SEXP	
		VET	00004	2010	05	02	2010		

Recebido neste órgão às 10:38 hs.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	GERCEZAR
	CN SEXP	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SEXP	
		VET	00004	2010	05	02	2010		

Recebido neste órgão às 10:40 hs.



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SEXP	VET	00004	2010	09	02	2010	CN SSCLCN	JOSANE rev. JOSANE

À SSCLCN, a pedido.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00004	2010	09	02	2010	CN SEXP	MAMEREB rev. MAMEREB

À SEXP, a pedido.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SEXP	VET	00004	2010	09	02	2010	CN SSCLCN	REGINAM rev. REGINAM

À SSCLCN, a pedido.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00004	2010	09	02	2010	CN ATA-PLEN	MAMEREB rev. MAMEREB

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	ATA-PLEN	VET	00004	2010	09	02	2010	CN SSCLCN	ILAN

19h16 - Leitura do Veto Total.

À SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00004	2010	11	02	2010	CN SEXP	MAMEREB ret. MAMEREB

À SEXP, a pedido.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SEXP	VET	00004	2010	12	02	2010	CN SSCLCN	ZIZELMA rev. ZIZELMA

Anexado Ofício CN nº 59, de 9/2/10, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Senhor Presidente da República encaminhou, ao Senado Federal, a Mensagem CN nº 4/10, participando haver vetado integralmente o projeto e solicita a indicação de Deputados para compor Comissão Mista. (fls. 34)

À SSCLCN

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	Ação
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00004	2010	09	03	2010	CN SSCLCN	MONDIN rev. MONDIN

Juntadas fls. 35 e 36, referentes ao estudo de tramitação da proposição (PLC 144/2009).



Senado Federal

Boletim de Atividade Legislativa

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ATA-PLEN	MAMEREB rev. MAMEREB
		VET	00004	2010	16	03	2010		

À Secretaria de Ata para confecção do avulso completo do veto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN ATA-PLEN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	BETNUNES rev. MARNIA
		VET	00004	2010	16	03	2010		

Nesta data foi encaminhado à SEEP para as devidas providências exemplar completo do avulso da matéria.
À SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	LUIZS rev. LUIZS
		VET	00004	2010	30	06	2010		

Em 30/6/2010, foram desentranhadas do processado do PLC 144/2009 as fls. 31 a 36 - referentes à Mensagem nº 4, de 2010, à cópia do Ofício CN nº 59, de 9/2/2010, e ao estudo de tramitação da matéria vetada - que passaram a constituir as fls. 2 a 6 deste processado próprio do VET 4/2010.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	LUIZS rev. LUIZS ret. LUIZS
		VET	00004	2010	30	06	2010		

Em 30/6/2010, foram desentranhadas do processado do PLC 144/2009 as fls. 31 a 36 - referentes à Mensagem nº 4, de 2010, à cópia do Ofício CN nº 59, de 9/2/2010, e ao estudo de tramitação da matéria vetada - que passaram a constituir as fls. 2 a 6 deste processado próprio do VET 4/2010.

***** Retificado em 14/07/2010*****

Onde se lê: ... fls. 2 a 6 ...

Leia-se: ... fls. 2 a 7 ...

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN	MONDIN rev. MONDIN
		VET	00004	2010	05	07	2010		

Juntadas fls. 8, referente ao Ofício SGM/P nº 1000, de 2010, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCOSP rev. MARCOSP ret. DAIANERS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00004	2010	10	05	2011	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Incluído na ordem do dia da Sessão Conjunta de 11 de maio de 2011, às 12 horas.

***** Retificado em 11/05/2011 *****

Retirado da Ordem da Dia em razão do adiamento da sessão, por acordo dos Senhores Líderes da Câmara e do Senado. (Of. 549/2011-CN)



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZS rev. LUIZS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00004	2010	18	12	2012	CN ATA-PLEN	

STATUS: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	OTAVIOL rev. OTAVIOL
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00004	2010	19	12	2012	CN SSCLCN	

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. SAZEVEDO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00004	2010	27	08	2013	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.



LEI Nº 12.210, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Denomina Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm o anel rodoviário que usa trecho da BR-265, em torno da cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O anel rodoviário em torno da cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais, que utiliza o trecho da BR-265 até o cruzamento com a BR-040, passa a ser denominado Rodovia Engenheiro Simão Gustavo Tamm.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de janeiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Alfredo Nascimento

LEI Nº 12.211, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Denomina Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a ponte sobre o rio Grande, que liga, na BR-146, as cidades de Passos e São João Batista da Glória, no Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Ponte de Integração Deputado Tristão da Cunha a ponte sobre o rio Grande, que liga, na BR-146, as cidades de Passos e São João Batista da Glória, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de janeiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Alfredo Nascimento

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Presidência da República**DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

MENSAGEM

Nº 23, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.203, de 19 de janeiro de 2010.

Nº 24 de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.204, de 19 de janeiro de 2010.

Nº 25, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.205, de 19 de janeiro de 2010.

Nº 26, de 19 de janeiro de 2010.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 102, de 2009 (nº 2.792/08 na Câmara dos Deputados), que "Denomina Campus Milton Geraldo Lampe o campus de Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Educação e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei conforme razão abaixo:

"Ao denominar o campus de uma Universidade Federal, o projeto vai de encontro à autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial assegurada constitucionalmente."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 27, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.206, de 19 de janeiro de 2010.

Nº 28, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.207, de 19 de janeiro de 2010.

Nº 29, de 19 de janeiro de 2010.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 144, de 2009 (nº 1.630/03 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor".

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei conforme razões abaixo:

"A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade. Ademais, há de se especificar a quem cabe fiscalizar o exercício irregular da profissão e quais seriam as penas aplicáveis."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 30, de 19 de janeiro de 2010.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 156, de 2009 (nº 1.310/07 na Câmara dos Deputados), que "Institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde".

Ouvido, o Ministério da Saúde manifestou-se pelo veto ao projeto de lei conforme razões abaixo:

"Não obstante o mérito da proposta, a data apresentada pelo projeto de lei possui relação apenas com os profissionais de enfermagem, que é uma entre as diversas carreiras da área da saúde. Além disso, o Dia Internacional da Saúde é celebrado em 7 de abril, data na qual foi criada, em 1948, a Organização Mundial da Saúde."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 31, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.208 de 19 de janeiro de 2010.

Nº 32, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.209 de 19 de janeiro de 2010.

Nº 33, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.210 de 19 de janeiro de 2010.

Nº 34, de 19 de janeiro de 2010. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.211 de 19 de janeiro de 2010.

**CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO****DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 18 de janeiro de 2010**

Entidade: AR SOLUTI, vinculada à AC SERPRO RFB
Processo nº: 00100.000320/2009-88

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI 002/2010 e, consoante Parecer ICP 075/2009 - PRCC/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SOLUTI, vinculada à AC SERPRO RFB, para as Políticas de Certificados dos tipos PC SEPRO RFB A1 e A3, para pessoas físicas e jurídicas com Instalação Técnica situada na Rua 260, nº 288, Qd.85, Lt. 9, Leste Universitário, Goiânia-GO.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 18 DE JANEIRO DE 2010**

Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2009, que disciplina os concursos públicos de provas e títulos e avaliação em programa de formação destinados ao provimento de cargos da Carreira de Procurador Federal.

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do § 1º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e as demais disposições da Lei nº 10.480, de 2002, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 10 de setembro de 2001 e da Medida Provisória nº 479, de 30 de dezembro de 2009, resolve expedir a presente Instrução Normativa:

Art. 1º O Capítulo IV da Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 49-A:

"Art. 49-A. Fica vedada a cessão de integrantes da carreira de Procurador Federal no período do cumprimento de estágio probatório." (NR)

Art. 2º Fica revogado o disposto no § 3º do art. 47 da Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2009.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ INÁCIO LUCENA ADAMS

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**PORTARIA Nº 21, DE 19 DE JANEIRO DE 2010**

Altera o disposto na Portaria nº 1.329, de 29 de dezembro de 2009, que alterou a Portaria nº 1.432, de 30 de dezembro de 2008, que disciplina o processo de promoção na carreira de Procurador Federal e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no exercício de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 1.329, de 29 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da promoção referente ao período compreendido entre 1º de julho de 2009 e 31 de dezembro de 2009, ressalvadas as alterações no art. 11, incisos I e II, e §§ 1º a 3º da Portaria nº 1.432, de 30 de dezembro de 2008, que produzirão efeitos a partir da promoção referente ao período que se inicia em 1º de janeiro de 2010."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

VET 4/2010

PLC 144/2009

MCN 4/2010

Mensagem nº 29

*A publicação
em 9-2-2010
Sen. Serys Slhessarenko*

À Comissão Mista
Em 9 / 2 / 2010

*Senadora Serys Slhessarenko
2º Vice-Presidente*

Senhor Presidente do Senado Federal,

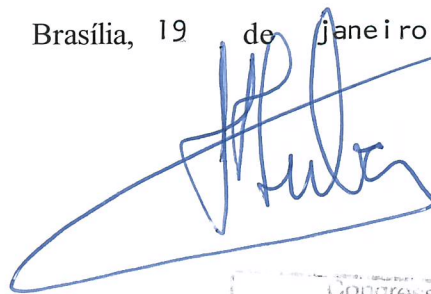
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 144, de 2009 (nº 1.630/03 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor”.

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei conforme razões abaixo:

“A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade. Ademais, há de se especificar a quem cabe fiscalizar o exercício irregular da profissão e quais seriam as penas aplicáveis.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

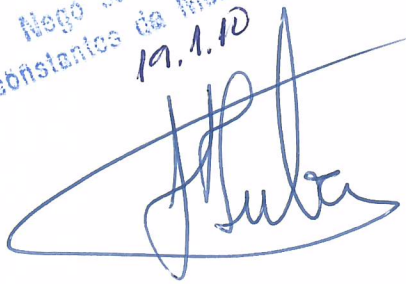
Brasília, 19 de janeiro de 2010.



Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 4 / 2010
Fls. 2

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 4 / 2010
Fls. 31

Nego sanção, pelas razões
constantes da Mensagem de veto.
19.1.10



Dispõe sobre o exercício profissional de
apicultor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Apicultor é a designação do profissional que se dedica à exploração racional dos produtos originados das abelhas, visando à viabilização econômica dessa atividade, bem como à preservação da espécie e do meio ambiente.

Art. 2º A profissão de Apicultor será exercida pelas pessoas portadoras da Carteira Nacional do Apicultor que tenham frequentado treinamento sobre criação racional de abelhas, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, ministrado por entidade reconhecida pela Confederação Brasileira de Apicultura.

Parágrafo único. É garantido o exercício profissional das pessoas que já desempenhavam, comprovadamente, atividades próprias da apicultura até a data de publicação desta Lei, independentemente de conclusão do curso mencionado no **caput**.

Art. 3º São atribuições do apicultor:

I – promover o melhoramento de abelhas melíferas por meio do manejo genético, implantando sistemas criatórios de rainhas;

II – supervisionar as colmeias de abelhas melíferas, adequando-as ao manejo alimentar, quando necessário;

III – administrar apiários direcionados à produção nas diferentes modalidades de produtos apícolas;

IV – promover e auxiliar a realização de feiras de produtos agrícolas;

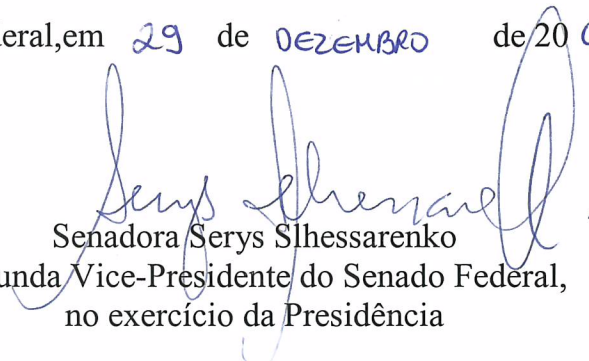
V – auxiliar na retirada de enxames em locais impróprios;

VI – auxiliar na instalação de apiários em áreas rurais;

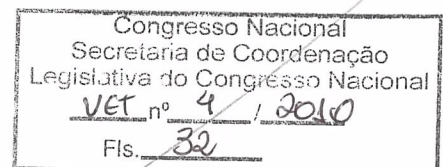
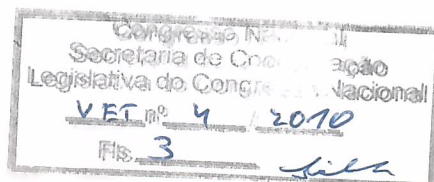
VII – monitorar apiários quando ocorrerem problemas sanitários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de DEZEMBRO de 20 09 .


Senadora Serys Slhessarenko
Segunda Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

vpl/plc09-144



veto 4/2010
PLC 144/2009
MCN 4/2010

Aviso nº 27 - C. Civil.

Em 19 de janeiro de 2010.

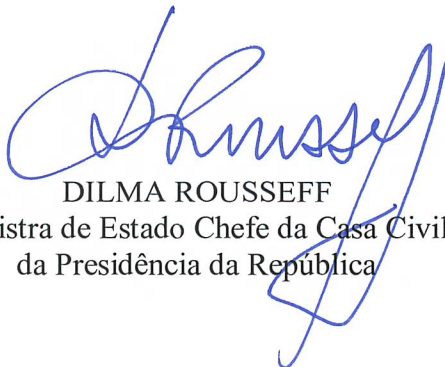
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

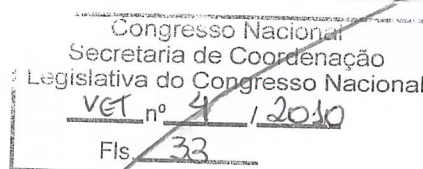
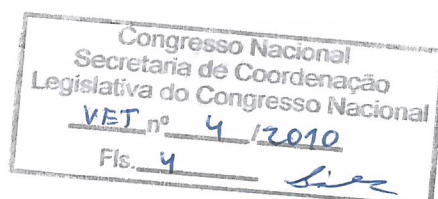
Assunto: Veto total.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem em que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que houve por bem vetar integralmente o Projeto de Lei nº 144, de 2009 (nº 1.630/03 na Câmara dos Deputados) e, na oportunidade, restitui dois autógrafos da citada proposição.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Recebido por Márcio,
em 21-1-2010, às
16:18 hs.

V
21.01.10

Ofício nº 59 (CN)

Brasília, em 09 de fevereiro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

Senhor Presidente,

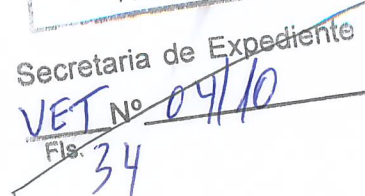
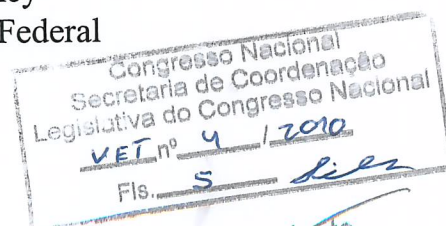
O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 4, de 2010-CN (nº 29/2010, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009 (PL nº 1.630, de 2003, na origem), que “Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor”.

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal



PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, DE 2009
(nº 1.630/2003, na Casa de origem)

EMENTA: Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor.

AUTOR: Dep. Sandra Rosado

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 6/8/2003 – DCD de 22/8/2003

COMISSÕES:

Trabalho, de Administração e Serviço Público

Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:

Dep. Maria Helena

Dep. Gonzaga Patriota

Dep. Pastor Manoel Ferreira

(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO AO SENADO FEDERAL

Ofício PS-GSE nº 767, de 15/7/2009

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 17/7/2009 – DSF de 18/7/2009

COMISSÃO:

Assuntos Sociais

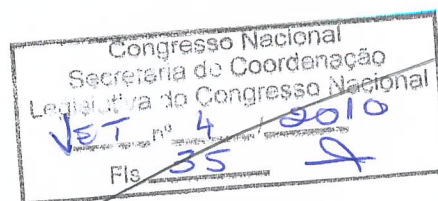
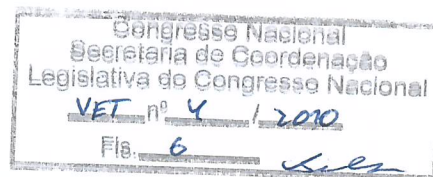
RELATOR:

Sen. Rosalba Ciarlini

(Parecer nº 2.527, de 2009-CAS)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem SF nº 437, de 30/12/2009.



VETO TOTAL Nº 4, DE 2010
aposto ao
Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009
Mensagem nº 4/2010-CN

Veto publicado no D.O.U – Seção 1, de 20/1/2010

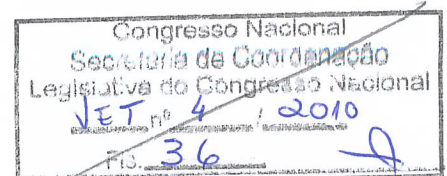
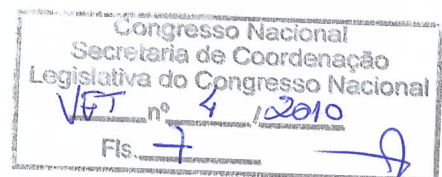
LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1000/2010/SGM/P

Brasília, 29 de junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A


Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 59, de 09 de fevereiro de 2010, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados, **COLBERT MARTINS (BLOCO PMDB), JOSÉ PIMENTEL (PT), MARCELO ITAJIBA (PSDB) e MARIA HELENA (BLOCO PSB)**, para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto ao Projeto de Lei nº 1.630, de 2003, que "Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor".


Atenciosamente,


MICHEL TEMER
Presidente

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº **4** / **2010**
Fls.: **8** Rubrica: 



Documento : 46873 - 1

*Recebido em 30/6/2010,
às 10:40h Fdva. *

VETO 4/2010